

EDITORIAL

O significante “autismo” adquiriu nos últimos anos um impacto surpreendente. Cunhado em 1911 por Bleuler para nomear um dos sintomas da esquizofrenia dos adultos, através de Kanner adquiriu um importante lugar na psicopatologia, ao nomear pela primeira vez um quadro clínico original da infância, em 1943, tornando-se o S1 fundador desse campo.

No século XX – dito “o século da criança” –, a psicopatologia infantil foi amplamente estudada, principalmente após a Segunda Guerra, que deixou como saldo uma série de perturbações, mas também a esperança lançada aos cidadãos futuros, de resgatar o que se perdera. Já no século XXI a importância de considerar a criança em todos os seus aspectos deu lugar aos estudos sobre o cérebro. Tudo isso se reflete hoje na teoria e na clínica dos graves problemas psíquicos da infância. É nesse contexto que uma patologia relativamente rara como o autismo infantil, enquanto quadro clínico típico – em 1970 eram quatro a cinco casos para cada 10 mil crianças –, passou para o primeiro plano e encontrou ampla repercussão. O novo paradigma representado pelo DSM-IV, o manual indicado pela psiquiatria geral americana, com a ampla denominação “transtornos invasivos do desenvolvimento”, destacou a chamada “síndrome autística” nessa categoria. Estatísticas mais recentes – são 65 casos para cada 10 mil crianças – colocam atualmente o autismo como uma das principais preocupações de nossos tempos, mobilizando movimentos tanto científicos, de pesquisa, quanto sociais, de mobilização de recursos.

Estamos, portanto, em um momento privilegiado para o estudo desse tema e se faz mister explorá-lo de modo aprofundado, para retirar as consequências clínicas e educacionais necessárias para uma prática consistente, que se sustente em bases teóricas rigorosas.

Esse é o mote desta publicação da Revista *Psicologia Argumento*, que neste número se apresenta como temática, dedicando-se a esta questão do autismo. Nosso voto é de que neste meio universitário possamos abrir um debate que não seja simplista e possa se afastar de certa tendência social de anulação das subjetividades e do lugar da palavra, em uma concepção de psicopatologia que se pretende geral e que muitas vezes só dá lugar para o treinamento, o medicamento, em detrimento das histórias e dos sujeitos envolvidos.

No campo da psicopatologia fundamental – no qual se alicerça nossa linha de pesquisa na PUCPR – procuramos entender um quadro clínico de um modo mais amplo, considerando o psiquismo como uma construção gradativa, em que o cérebro ocupa um papel de alicerce para as inscrições simbólicas que virão da cultura, através da intermediação da transmissão familiar. É desse encontro que poderá surgir um sujeito com uma história única, com um lugar singular no mundo, com um desejo que sustente seu exercício futuro da cidadania. No caso do autismo, algo falha nesse percurso de modo radical e cabe a nós – clínicos ou educadores – encontrar as maneiras de promover, com nossas intervenções, as condições necessárias para trilhar um caminho subjetivo, mesmo quando as condições – orgânicas ou simbólicas, ou ambas – são adversas.

Os autores que aceitaram o convite para este debate apresentam nesta publicação suas proposições clínicas ou educacionais, tendo como fio condutor a psicanálise, em seu diálogo com a psicopatologia da infância precoce.

Convidamos os leitores a se deixar tocar por este tema e a mergulhar nos meandros de uma questão difícil, complexa, sem se deixar enganar por soluções reducionistas. O enigma do humano requer humildade, muito esforço e muita pesquisa, para avançar sempre um pouco mais nesta compreensão do que de real encontramos em nossa experiência.

Leda Mariza Fischer Bernardino

Profa. titular da Pontifícia Universidade Católica do Paraná

Organizadora deste número